

LEI N°1.854, de 23 de junho de 2025.

Reconhece e regulamenta a figura do Cão Comunitário no Município de Piraí, institui o cadastro no Sistema Integrado de Proteção Animal (SINPATINHAS), estabelece deveres, competências e incentivos, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Piraí – RJ, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULO A SEGUINTE LEI:

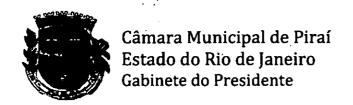
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 1º Fica reconhecida e regulamentada, no âmbito do Município de Piraí, a figura do Cão Comunitário, entendido como o animal que, embora sem tutor individual e residência fixa, estabelece vínculos de afeto, dependência e proteção com uma comunidade local, sendo por esta acolhido e cuidado.
- Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se comunidade local o grupo de moradores, comerciantes, trabalhadores ou frequentadores habituais de determinado espaço público ou privado que, de forma conjunta, assume os cuidados essenciais com o Cão Comunitário.

CAPÍTULO II DOS DEVERES DA COMUNIDADE LOCAL

- Art. 3º São deveres da comunidade local em relação ao Cão Comunitário:
- I Garantir alimentação adequada, água potável e abrigo;
- II Assegurar cuidados veterinários básicos, como vacinação, vermifugação e controle de ectoparasitas;
- III Providenciar a esterilização cirúrgica do animal;
- IV Identificá-lo com coleira e plaqueta contendo nome e telefone para contato com um representante da comunidade;
- V Realizar o cadastro do animal no Sistema Integrado de Proteção Animal SINPATINHAS, conforme regulamento;
- VI Zelar pela integridade e bem-estar do animal, protegendo-o de maus-tratos e situações de risco.

Telefax: (24) 2411-9500



CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- Art. 4º Compete ao Poder Executivo Municipal, por meio do órgão responsável:
- I Desenvolver e manter o SINPATINHAS, com dados atualizados dos Cães Comunitários do manicípio;
- II Estabelecer os procedimentos de cadastro, prazos e documentação necessária;
- III Promover ampla divulgação sobre o sistema e incentivar o cadastramento pelas comunidades;
- IV Utilizar as informações do cadastro para subsidiar políticas públicas de saúde e bemestar animal;
- V Promover campanhas de conscientização sobre bem-estar animal, posse responsável e a figura do Cão Comunitário;
- VI Oferecer orientação técnica às comunidades sobre cuidados com os animais;
- VII Firmar parcerias com clínicas veterinárias, ONGs e demais entidades para atendimento gratuito ou subsidiado;
- VIII Realizar e incentivar campanhas de arrecadação e doação de ração e suprimentos; IX – Estimular a adesão de estabelecimentos comerciais e empresas em ações de apoio.

CAPÍTULO IV DAS FORMAS DE INCENTIVO ÀS COMUNIDADES

- Art. 5° O Poder Executivo poderá instituir programas de apoio financeiro e/ou material às comunidades locais que assumirem formalmente os cuidados com Cães Comunitários, desde que devidamente cadastrados no SINPATINHAS.
- § 1° Os apoios poderão incluir:
- I-Fornecimento periódico de ração, medicamentos e itens de higiene animal;
- II Atendimento veterinário gratuito ou subsidiado;
- III Vacinação, vermifugação, castração e exames básicos;
- IV Kits de identificação (coleira, plaqueta e cadastro);
- V Capacitação ou orientação técnica para manejo dos animais.
- § 2º A concessão dos beneficios dependerá do cumprimento dos deveres previstos nesta Lei e da regularidade do cadastro.

CAPÍTULO V DO SELO "COMUNIDADE AMIGA DOS ANIMAIS"

Art. 6º – O Município poderá instituir o selo "Comunidade Amiga dos Animais", com forma de reconhecimento a comunidades, entidades ou estabelecimentos que mantenham boas práticas no cuidado com Cães Comunitários.

Rua Dr. Luiz Antonio G. da Silveira, 16 Centro, Piraí/RJ- CEP: 27175/000 e-mail: cmpirai@pirai.rj.leg.br

Telefax: (24) 2411-9500



Câmara Municipal de Piraí Estado do Rio de Janeiro Gabinete do Presidente

§ 1° - O selo poderá ser conferido anualmente, conforme regulamento.

§ 2º – Os contemplados poderão ter direito a:

I — Certificados e selos digitais;

II - Prioridade em programas de incentivo à cidadania e proteção ambiental;

III - Divulgação em canais institucionais.

CAPÍTULO VI DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO

Art. 7º – O Poder Executivo poderá criar o Fundo Municipal de Apoio à Proteção Animal Comunitária (FUMAPA-C), com recursos de:

I – Dotações orçamentárias;

II – Multas por infrações à legislação de proteção animal;

III – Doações;

IV - Convênios nacionais e internacionais.

Parágrafo único – O Fundo será destinado exclusivamente às ações de incentivo e estruturação das políticas voltadas aos Cães Comunitários.

CAPÍTULO VII DA REMOÇÃO DO ANIMAL

Art. 8º – É vedada a remoção, apreensão ou recolhimento do Cão Comunitário, salvo:

I – Diagnóstico de zoonose ou doença infectocontagiosa grave;

II – Agressão comprovada com risco à integridade de terceiros;

III – Emergência veterinária, na ausência de representante da comunidade.

§ 1º – A remoção, quando necessária, será realizada por órgão competente, preferencialmente com representante da comunidade.

§ 2º – Cessadas as causas da intervenção, o animal deverá ser restituído à comunidade, salvo decisão judicial em contrário.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9° – As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas.

Art. 10 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Piraí, 23 de junho de 2026.

Moacir Gonçalves||da Rocha Junior Presidente

PL nº 52/2025 - Vereadores Roberto Horta Jardim Salles e Moacir Gonçalves da Rocha Junior